

# Evasão da escola de 1º grau atinge 84%

Sheila Bernadete

De cada grupo de 100 crianças que ingressam na escola de 1º grau no Brasil, apenas 16 chegam à 8ª série. A evasão escolar, uma das maiores preocupações do ministro Carlos Chiarelli, é apontada em pesquisa promovida pelo Ministério da Educação em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como a principal causa do abandono da escola entre as crianças de 7 a 14 anos de idade. Muitos educadores, porém, divergem das estatísticas, considerando a repetência como o principal obstáculo para a conclusão do 1º grau.

Responsabilizando a situação sócio-econômica do povo brasileiro por esta grave situação, o professor José Amaral Sobrinho, do Instituto de Pesquisas Aplicadas, dá ressonância ao MEC. Ele afirma que a educação nacional se constitui em um reflexo do próprio modelo desenvolvido no País, "a começar pelo setor público, que discrimina o cidadão". Conforme o professor — baseado em dados do MEC de 1987 —, 90% da população pertencente à faixa etária com início nos 7 anos conseguem ter acesso à escola. No entanto, cerca de 80% se evadem para ajudar no orçamento doméstico, através de alguma ocupação.

O professor Sérgio da Costa Ribeiro realizou um estudo para contestar as pesquisas que, segundo ele, são feitas através de dados colhidos diretamente nas escolas. Ele entende que "até por uma questão de preconceito", os alunos ao serem questionados omitem a repetência de ano quando se matriculam em uma nova escola. "E quando não passam o ano, ao sair do antigo colégio, são computados pelas estatísticas como evasores", argui.

## Abandono

De acordo com o educador, a repetência na 1ª série ainda é mais preocupante. Mesmo assim, o dado não é levado em consideração nas pesquisas educacionais. O professor explica que recentes estudos na área indicam que a probabilidade de um aluno novo ser aprovado à 2ª série é quase o dobro da repetente na mesma série. "Isto mostra que a repetência tende a provocar novas repetências, ao contrário do que sugere a cultura pedagógica brasileira de que repetir o ano ajuda a criança a progredir em seus estudos", afirma.

Para exemplificar melhor o que Sérgio Ribeiro chama de "perversidade do sistema educacional brasileiro", ele cita escolas pobres do Nordeste, onde a probabilidade de promoção para os alunos novos na 1ª série é próxima de zero; sobe pa-

ra aqueles que já têm uma repetência e só volta a cair para quem está repetindo a série mais de duas vezes. Segundo o educador, isto indica que nas escolas de classes menos favorecidas existe uma determinação política (ainda que não explícita), de reprovar sistematicamente todos os alunos novos. Isso significa afirmar que a 1ª série, feita em dois anos, imputa, ao aluno, um fracasso que já tinha sido definido, a priori, pela cultura do sistema educacional.

Outro especto considerado pelo professor Ribeiro, é o aumento brusco da taxa de evasão da 4ª para a 5ª série do primeiro grau. Ele atribui o fato à falta de escolas a partir da 4ª série em diante, "porque parte da população ainda se contenta com a antiga norma do curso primário de quatro séries", à "velhice" dos estudantes: a repetência nas quatro primeiras séries é de tal magnitude, que os indivíduos ficam velhos em relação à série que cursam e acabam por abandonar a escola.

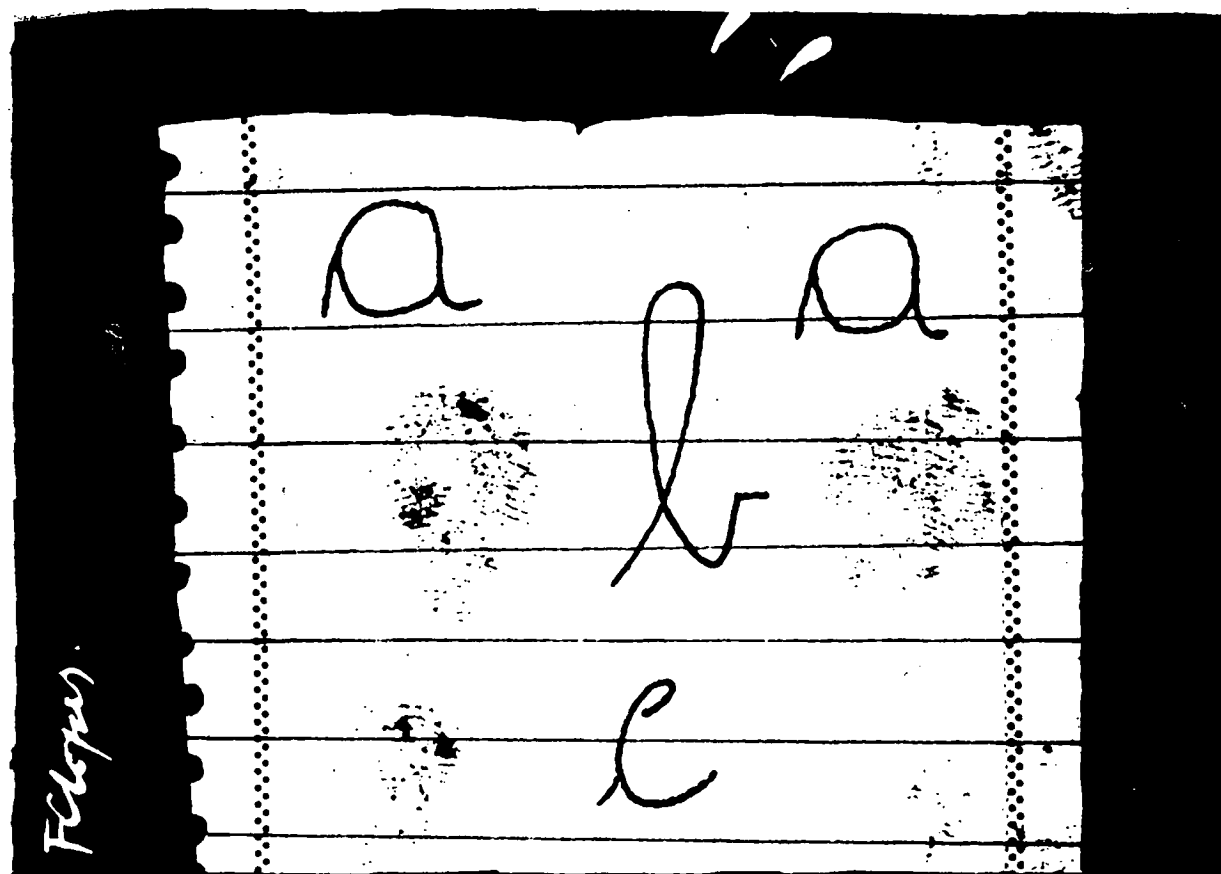
## Causas

Apesar de constatar pressão política na reprovação aos novos alunos, justamente nas regiões brasileiras com baixo poder aquisitivo, Sérgio Ribeiro alerta para o fato de "a repetência não se constituir característica exclusiva das escolas dos pobres e muito menos das públicas". Conforme o professor, as análises antropológicas demonstram que as causas principais estão na origem da escola brasileira, baseada no mesmo modelo de ensino da elite. Ou seja, "o educador, sem qualquer auto-suficiência, atua como preceptor da educação orientada pela família".

## Desqualificação

Posição parecida tem o professor argentino Jacobo Waiselfisz, coordenador do IICA — Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura — que realiza, junto ao Ministério da Educação, um trabalho de avaliação sobre o ensino público de 1º grau. A conclusão, tirada por Jacobo, em vários anos de análise, é de que uma das causas essenciais da repetência está na desqualificação da escola. Afirmando que a situação brasileira não é diferente da do seu país, ele argumenta que a função do professor foi substituída por um trabalho braçal. "E um operário lida com carros e não crianças", diz.

Sem desprezar a questão social, o professor Jacobo atribui a maior parte da culpa ao interior da escola, devido ao despreparo e iniciativa política dos educadores. Ele



afirma que, se não houver uma interação do que classifica como "intencionalidade social", ou seja, a retribuição de responsabilidades, tanto da sociedade como dos educadores, o trabalho de recuperação dos alunos, previsto para surtir efeito a longo prazo, será muito maior.

"Seria ótimo se a conscientização fosse a mesma do nível intermediário", diz Jacobo. Ele se refere à interação de toda a família quando o filho ou irmão realiza o exame vestibular. "Ao contrário do nível básico, quando os pais recebem a notícia de repetência de sua criança com extrema naturalidade", observa. Segundo o professor, esta normalidade contribuiu para retirar a responsabilidade educacional do ensino público durante os últimos anos. O educador relembra que há algum tempo a escola particular era considerada o refúgio dos "alunos que tinham dificuldade em aprender" e ocultava, nela, o que não dava certo nos colégios públicos.

Atualmente a situação passou a ser de incompetência financeira e educacional, segundo a análise do educador Sérgio Ribeiro: "Mesmo nas escolas privadas, ditas de elite,

verifica-se o esvaziamento da competência e do salário do professor", afirma Ribeiro. Para ele, as dificuldades maiores estão nas substituições, nos mesmos níveis, dos professores que se aposentam ou morrem, devido à negativa das universidades públicas — "mais competentes" — em processar a formação dos docentes para o ensino básico.

Este aspecto também é focalizado pelo professor Jacobo Waiselfisz. Ele revela que além de mal remunerados, os educadores tendem a se eximir de responsabilidade pelos resultados do processo de aprendizagem, "como se dele não fossem parte ativa e fundamental". Jacobo informa que de acordo com sua avaliação feita em escolas do Rio Grande do Norte e Paraná, no ano passado, foi constatado que a maioria dos professores atribui as causas da repetência à organização interna da escola, que reproduz as diferenças sociais e as tarefas pouco inovadoras dos educadores.

## Elitismo

A má formação dos professores do ensino fundamental, feita através da licenciatura curta que não enquadra o docente no nível primário ou médio, também é apontada pelo renomado educador, senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), como uma

das causas da deformação do ensino e, conseqüentemente, da evasão e repetência escolares. Outros dados, considerados importantes pelo senador, são a ampliação do curso de primeiro grau para oito anos, falta do espaço físico para abrigar alunos e o elitismo da escola brasileira.

"Os próprios professores discriminam as crianças mais pobres, já que estas não falam a mesma linguagem", diz Darcy Ribeiro. Como opção, o pedetista cita os CIEPs, com o conhecimento de causa, pois foi um dos principais autores do projeto. Os Centros Integrados de Ensino Público foram implantados no Rio de Janeiro pelo governador Leonel Brizola e atualmente encampados pelo Presidente Collor, que mudou o nome para CIAC. "Somente estas escolas podem resolver o problema, pois fazem parte do mundo civilizado, funcionando no período de oito horas, dando educação, lazer e alimentação às crianças mais pobres", entusiasma-se o senador. Ele informou que já apresentou emenda propondo a construção de CIEPs no País à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que será votada no Congresso.

## Nova lei pode trazer solução

"Quando nós propomos o aporte de mais recursos, a definição de uma política salarial para o magistério, a democratização das decisões da escola e uma política de recursos humanos, estamos contribuindo, de forma efetiva, para a solução do problema de evasão e repetência no primeiro grau. Este é o caminho que o Congresso Nacional poderá optar, se aprovar, no próximo semestre, a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação — LDB, prevista na Constituição". A afirmação é do deputado Ubiratan Aguiar (CE), líder, em exercício, do PMDB na Câmara e provável relator da LDB, como propõem os partidos progressistas e entidades representativas como a UNE e UBES.

Segundo o deputado peemedebista, ex-secretário de Educação em seu Estado, é preciso haver uma modificação na estrutura geral da escola de nosso País, para que o problema da evasão e repetência possam ser enfrentados objetivamente. Além das propostas apresentadas, Aguiar cita a volta do ensino profissionalizante como outra "essencial sugestão" da LDB para conter os alunos até o final da escola básica. "O título de bacharel demora muito e está elitizado", afirma.

## Transformação

Como elemento estimulante, o deputado vê no "agente de transformação da sociedade", contido entre os cerca de 200 artigos da LDB que é a preparação política do aluno que inicia o período escolar até os 14 anos, outro ponto importante. "Existe uma proposta de transformação no currículo escolar, capaz de tirar o caráter essencialmente alienante em que foi transformada a escola pública brasileira", revela.

Aguiar afirma concordar com várias emendas já apresentadas à LDB, como aqueles sugerindo uma política de treinamento de professores e melhor redistribuição de pessoal. No entanto, ele não compartilha com a proposta do PDT, feita através do senador Darcy Ribeiro, sobre a promoção automática, em função do rendimento escolar do aluno. Se a ideia for acatada, não haverá mais repetência no primeiro grau, a exemplo da escola americana.

Para o parlamentar cearense, isto seria um retrocesso, devido a outra realidade de nosso País, "um Brasil cujas diferenças ocorrem de região para região, além de outra visão de mundo". (SB)